

CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.801.621/0001-86

NIRE 35.300.341.881

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Em 06 de agosto de 2020, às 12:00 horas, realizada por meio de vídeo conferência.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por meio de vídeo conferência, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Elie Horn, Leo Krakowiak, George Zausner, Rafael Novellino, Pedro Franco Sales, Claudio Bruni e Germán Pasquale Quiroga Vilardo ("Conselheiros").

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu; Secretária: Alessandra de Lima Penido.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a aprovação do novo Programa de Recompra de Ações da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram o novo Programa de Recompra de Ações da Companhia, sem redução do capital social, podendo a Companhia adquirir até 5.893.099 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, respeitando-se o limite de 10% do total de ações em circulação no mercado, de acordo com os termos e condições previstos no Anexo I à presente ata ("Programa de Recompra"). A aquisição das ações ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos das contas Reserva de Lucros e Reserva de Capital de acordo com as informações financeiras mais recentes da Companhia, as quais são relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020. As ações adquiridas no novo Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria podendo, posteriormente, serem canceladas ou alienadas. Os Conselheiros, por fim, autorizam a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à consecução da deliberação acima, podendo, inclusive, definir o melhor momento e a quantidade de ações a serem adquiridas em uma única ou em várias operações, observados os limites e restrições estabelecidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu; Secretário: Daniel Pinheiro Valiente. Membros do Conselho de Administração: Elie Horn, Leo Krakowiak, George Zausner, Rafael Novellino, Pedro Franco Sales, Claudio Bruni e Germán Pasquale Quiroga Vilardo.

São Paulo, 06 de agosto de 2020

Mesa:

Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu
Presidente

Alessandra de Lima Penido
Secretária

Conselheiros:

Elie Horn

Leo Krakowiak

George Zausner

Rafael Novellino

Pedro Franco Sales

Claudio Bruni

Germán Pasquale Quiroga Vilardo

ANEXO I

(ata do Conselho de Administração da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações, de 06 de agosto 2020).

Anexo 30 – XXXVI da Instrução da CVM nº 480/09

Negociação de Ações de Própria Emissão

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação:

O Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra") tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia a fim de: (i) buscar gerar valor para os acionistas, também através da administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, combinando recompras de ações e distribuições de proventos por ação; e (ii) buscar maximizar o retorno dos acionista, dado que na visão da Companhia o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria:

A Companhia possui (i) 65.270.085 ações em circulação e (ii) 44.600 ações em tesouraria.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas:

A Companhia poderá adquirir até 5.893.099 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, respeitando-se o limite de 10% do total de ações em circulação no mercado, negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código de negociação "CCPR3". As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria podendo, posteriormente, serem canceladas ou alienadas.

4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não utilizará instrumentos derivativos no âmbito do Programa de Recompra.

5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações:

Não aplicável, uma vez que a Companhia realizará as operações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, não havendo conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:

Não aplicável, tendo em vista que as operações serão realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a preços de mercado.

7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade:

Não aplicável, tendo em

vista que a Companhia não estima impactos da negociação sobre a composição acionária ou a estrutura administrativa da sociedade.

8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009: Não aplicável, uma vez que a Companhia realizará as operações na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, não havendo conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso: Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não auferirá recursos, pois as ações adquiridas serão mantidas em tesouraria podendo, posteriormente, serem canceladas ou alienadas. Caso ocorra a alienação das ações adquiridas no contexto do Programa de Recompra, a destinação dos recursos será decidida oportunamente, quando haverá comunicação adequada ao mercado.

10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas: As aquisições, objeto do Programa de Recompra, poderão ser feitas no prazo de até 6 (seis) meses, com início em 10.08.2020 e término em 10.02.2021, cabendo a Diretoria definir o melhor momento para as aquisições.

11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver: As operações de aquisição serão realizadas no pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com a intermediação do (i) Itaú Corretora de Valores S.A.; (ii) Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários; e (iii) Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015: A aquisição de ações ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos das contas Reserva de Lucros e Reserva de Capital de acordo com as informações financeiras mais recentes da Companhia, as quais são relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020. A efetiva recompra do número total de ações previsto no Programa dependerá da existência de recursos disponíveis no momento da aquisição das ações, de modo a atender os ditames previstos no artigo 7º da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos: Os membros do Conselho de Administração entendem que a situação financeira atual da Companhia, bem como sua estrutura de capital, é compatível com a execução do Programa de Recompra nas condições ora aprovadas, não gerando impactos no cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios mínimos. Essa conclusão resulta da avaliação feita do potencial montante financeiro a ser empregado no

referido programa quando comparado com (i) as obrigações assumidas com credores; (ii) o montante, não restrito, disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia, e (iii) a expectativa de geração de caixa pela Companhia ao longo do exercício social de 2020.